

16 MAI 1985

Conservadores e Constituinte

CLAUDIO LEMBO

FOLHA DE SÃO PAULO

As reformas essenciais, no campo da mecânica política, foram realizadas. As eleições diretas, em todos os níveis, foram conquistadas. As capitais terão seus prefeitos escolhidos pelo voto universal. As áreas denominadas de segurança nacional terão liberdade de escolha de seus dirigentes. As bandeiras de lutas de muitos anos se esvaíram. A mecânica de escolha dos dirigentes harmonizou-se com a vontade popular.

Tudo bem, portanto. Tudo, aparentemente, bem. O povo e cada pessoa, em particular, reconquistaram a cidadania por inteiro. Esta é a verdade aparente, mas não a verdade plena. Aqui, surge o futuro. O futuro coloca, como objetivo maior, a nova Constituição.

Ora, se a mecânica de escolha dos dirigentes já foi conquistada pela sociedade, se imaginará em primeiro momento que pouco resta para o debate constituinte. Este o equívoco.

A reconquista da cidadania, no campo dos mecanismos de escolha, amplia o cenário onde se desenvolverão os trabalhos constituintes e aprofunda temáticas fundamentais para a existência da plena cidadania.

Em virtude do afastamento — por reconquista — de temas políticos imediatos fará com que os trabalhos da Constituinte se debruçam quase que exclusivamente sobre temas relevantes. Os constituintes de 1986 terão que analisar a sociedade, expondo-a em sua plena realidade. A miséria existente, nos muitos Brasis, exigirá coragem. As distorções sociais flagrantes desta sociedade repleta de antagonismos latentes terão que ser equacionadas. As agressões tributárias — advindas dos impostos indiretos — terão que ser afastadas. A distribuição da renda terá que se tornar mais igualitária. O Estado hoje onipotente, obrigará a criação de controles sociais efetivos. A legislação trabalhista esperará diretrizes

constitucionais mais contemporâneas. Enfim, a temática da Constituinte não se cingirá às instituições importantes, mas de fácil compreensão. E ainda mais, são instituições que não conduzem às raízes das questões. As questões sociais ficaram, por inteiro, para o debate constitucional. A importância das eleições do próximo ano de 1986. Nelas estará, efetivamente, o embrião de um ciclo de estabilidade política e conquistas sociais ou, então, o germe do caos e dos retrocessos.

Os políticos ideologicamente engajados, seguramente, terão um espaço amplo. E os outros? A grande maioria está se preparando para os desafios de 86 e dos anos subsequentes? Ou, quando o fracasso acontecer, pela ausência de capacidade de confronto filosófico, retornarão aos expedientes do passado? Golpes, pronunciamentos e retrocessos.

Não serão fáceis estas últimas hipóteses. A sociedade, quando ca-

minha, jamais retorna ao mesmo lugar. Sempre prossegue. Os retornos do passado caracterizam-se como estágios nostálgicos. Não como realidade históricas. A sociedade jamais abdica de suas conquistas. Daí, uma conclusão: os partidos conservadores não podem permanecer como meros espectadores ou agência de colocação de pessoas nos inúmeros escalões da República. Precisam criar quadros e elaborar programas. Caso contrário, constatarão, em determinado momento, que a história prosseguiu a eles e seus quadros foram engolfados pela própria incapacidade de agir e interpretar a vontade coletiva. Não é isto que se quer. Exige-se decisão e competência dos chamados partidos conservadores, sob pena de se expor ao sacrifício as duras conquistas do povo e os amargos sofrimentos de muitos.

CLAUDIO LEMBO, 50, é advogado, professor da Universidade Mackenzie e membro do Partido do Fronte Liberal.